

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

DESP

Class.:

1979

Data

29/07/77

Pg.:

Delegado afastado diz que a Funai cedeu a pressões

ESP. 29.7.77

Da sucursal de CURITIBA

O ex-titular da 4ª Delegacia da Funai, em Curitiba, Francisco Neves Brasileiro, afastado do cargo na semana passada, ao se despedir ontem dos demais funcionários, disse que, "provavelmente, a firme atuação da Delegacia na desocupação das terras indígenas pelos civilizados, na defesa dos 120 mil pinheiros de Manguelrinha, no Paraná, ou na demissão do ex-chefe do posto indígena de Ibirama — intimamente ligado ao grupo Marchetti —, haja contrariado interesses econômicos e políticos".

Francisco Neves Brasileiro, que retornará a Salvador para reassumir o cargo de agrônomo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS —, encontrou motivos para o seu afastamento na tentativa da 4ª Delegacia em modernizar e racionalizar a atuação da Funai no Sul do País, acrescentando que esse fato "deve ter ferido susceptibilidades ou criado ressentimentos". Colocando-se como vítima da cobiça das empresas madeireiras sobre as matas das reservas indígenas, Brasileiro entregou aos jornalistas um relatório acusando os funcionários do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, em Brasília, de terem, "mesmo sem competência para tanto", privilegiado o grupo Marchetti, proprietário de uma madeireira, num caso de comercialização de madeiras da reserva de Ibirama, em Santa Catarina.

OMISSÃO

Os jornais haviam denun-

ciado a omissão da 4ª Delegacia no caso de comercialização de madeiras cortadas pelos índios da reserva de Ibirama, bem como o fato de o delegado Francisco Brasileiro estar beneficiando diretamente a madeireira Marchetti. Depois de explicar que a 4ª Delegacia vinha solicitando, desde 1976, a administração da Funai, a apuração de irregularidades e o afastamento do chefe do posto indígena de Ibirama, Brasileiro disse que "se constitui em deslavada mentira" a alegação de que teria privilegiado o grupo madeireiro Marchetti. "Na minha gestão, nenhum contrato de venda de madeira ou outro foi firmado com esse grupo, em virtude de sua inabilitação para participar de licitações, embora tivesse tentado concorrer por meio da Álamo Prensados do Brasil S.A., e pressionasse a Ary Teixelra Martins, cuja família residia em imóvel do grupo Marchetti", afirmou.

Quanto ao caso da anulação, pela presidência da Funai, de uma das licitações, Brasileiro disse que "essa licitação foi efetivada por servidores do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, de Brasília, que, sem competência para tanto, concederam o contrato ao grupo Marchetti e subscreveram o respectivo instrumento".

Brasileiro negou também que tivesse negligenciado a assistência às comunidades indígenas do Sul. Depois de citar uma série de programas de apoio aos índios lançados pela sua Delegacia, envolvendo a participação

da Ceme, Funrural, governo dos Estados, LBA, e Sudesul, o ex-delegado disse que "qualquer inadequada assistência deveria ser imputada aos órgãos centrais da Funai, aos quais cabe planejar, executar e fiscalizar todos os programas". Segundo brasileiro, "apesar dos insistentes reclamos das comunidades indígenas e da delegacia regional, esses órgãos (DGPI, DGPC, ASPLAN e DGO) demoraram meses e meses para apreciar os programas e projetos, alguns dos quais, embora encaminhados no ano passado, ainda não foram aprovados, como é notório".

INCOMPREENSÃO

Brasileiro afirmou que, durante os três anos em que ocupou o cargo, percebeu "muito zelo e tenacidade em alguns setores da Funai", acrescentando que o órgão, "além de não ter cobertura de um governo que ainda não despertou sua consciência indigenista, ainda enfrenta a incompreensão do Cimi, que só sabe apontar os erros e não dá nenhuma solução".

Segundo o ex-delegado, o excesso de burocracia da Funai foi responsável, inclusive, pelo prejuízo de quase 200 mil cruzeiros na venda de pinheiros desvitalizados de uma das reservas indígenas de Santa Catarina. Brasileiro afastou ainda as acusações de que havia implantado programas inteiramente divorciados dos interesses indígenas, afirmando que "todo programa é baseado em consultas à comunidade indígena".